

ANAIS DO
IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

COLONIZAÇÃO E
MIGRAÇÃO

XXXI

Coleção de *Revista de História* sob
a direção do Prof. Eurípedes
Simões de Paula.



São Paulo
1969

OS INVASORES E SUA ABSORÇÃO PELO IMPÉRIO BIZANTINO (*).

CARL V. F. LAGA

Da Cadeira de História Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP).

INTRODUÇÃO: LIMITES DO TRABALHO.

Parte êsse trabalho de várias preliminares e, através de uma exposição que pretende fugir de todo “bizantinismo”, mas que é forçada a seguir certas complicações do teatro dos acontecimentos e da variedade dos aspectos da questão, objetiva duas coisas.

Em primeiro lugar, gostaríamos naturalmente de mostrar que a história bizantina é mais do que o progressivo arruinamento de um pedaço sobrevivente do Antigo Império Romano, esclerosado, fechado em si, que ia se retraindo na sua ficção de continuidade, suas discussões estéreis e seus *complots* palacianos até a catástrofe de 1453. Qualquer exposição sobre Bizâncio deverá introduzir um ar de renovação nessa biblioteca mofenta que ainda parece ser aos olhos de muitos a história do Império de Constantinopla.

Mais especificamente, valemo-nos da oportunidade do assunto dêste certame para mostrar, ainda que com deficiência, que num quadro histórico tão radicalmente diverso do nosso, encontramos um paralelismo surpreendente de forças de invasão, de colonização, de assimilação; em outras palavras, tentaremos cumprimentar os organizadores dêste Simpósio pelo acêrto na escôlha do assunto, cumprimentar não por palavras, mas sim escutando e ampliando a ressonância de um eco bem conhecido numa casa bem diferente. Alargar, em resumo, o conceito da história bizantina, e enriquecer os têrmos de comparação com a nossa realidade própria, eis os nossos dois objetivos.

Mencionemos agora as preliminares dêste trabalho. E' ocioso repetir que o bizantinólogo encontra-se numa situação de duplo constrangimento. Primeiramente porque não tem o direito de pressupor conhecimentos, junto a um grande grupo de pessoas, de uma história que quase nunca consta nos programas, ou então (salvo honrosíssimas exceções) é dada como campo apropriado de quem está à procura de

(*) — Comunicação apresentada na 1ª sessão de estudos, no dia 4 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

listas dinásticas ou então de assuntos para escárnios com relação a monges fanatizados por fúteis discussões (1). Daí um constrangimento psicológico: o assunto sendo Bizâncio, como escapar então do temível adjetivo “bizantino”? Sòmente por uma grande clareza e uma exposição nada *événementielle*. Acontece que os fatôres são complexos e que, na história bizantina, há até guerras, *horresco referens*, importantes.

Uma segunda restrição preliminar baseia-se no estado das pesquisas em tórno de Bizâncio. Apesar dos enormes progressos, o mundo bizantino é ainda um campo semi-inexplorado. Fontes importantíssimas estão à espera de uma boa edição crítica (lembramos que coleções como o *Corpus* de Bonn ou a *Patrologia* grega sã o instrumentos de trabalho bem deficientes; lamentemos sobretudo agora, a falta de edições críticas de documentos econômicos), uma coordenação dos esforços só atualmente está se delineando; em resumo, estamos ainda numa historiografia precária que deverá reconhecer suas dúvidas, limitar suas afirmações.

No entanto, ao mesmo tempo que predomina o programa de preparar sólidos instrumentos de trabalho, não podemos dispensar os esforços para introduzir categorias e interêsses que se impõem à historiografia atual. Exemplifico com a história agrária bizantina, abordada de vários lados (2) recentemente, sempre dificultada pela insuficiência documentária. Teremos a oportunidade, mesmo num trabalho introdutório como êste, de mostrar como seria possível seguir os reflexos das invasões na vida e na sociedade do campo, mas como aquela abordagem rica defeituosa e parcial, enquanto não aparecerem estudos arqueológicos sôbre determinados lugares ou edições comentadas de documentos econômicos.

Essa complexidade das pesquisas não é melhor quando se trata agora de esboçar um quadro das invasões e da absorção dos povos que

-
- (1). — Quem deu o cunho de desprezo ao falar da história bizantina, não foram os primeiros estudiosos modernos, da época de Luís XIV, aliás felizes em encontrar um modelo do absolutismo monárquico no *basileus* de Constantinopla, ou empolgados pela teologia de inspiração tão diversa como a oriental (os beneditinos Mauristas), mas sim o século do iluminismo. Voltaire, por exemplo, declarou que existe “une histoire encore plus ridicule que l’histoire romaine depuis Tacite: c’est l’histoire byzantine. Cet indigne recueil ne contient que des déclarations et des miracles. Il est l’opprobre de l’esprit humain, comme l’empire grec était l’opprobre de la terre”, etc.
- (2). — ROUILLARD, G. — *La vie rurale dans l’empire byzantin*, Paris (Libr. d’Amérique et d’Orient), 1953, é um trabalho póstumo onde a parte referente ao Egito bizantino é a mais documentada. OSTROGORSKY, G. publicou dois estudos fundamentais a respeito, no *Corpus Bruxellense Historiae Byzantinae*, subsidia I e II, *Pour l’histoire de la féodalité byzantine*, Bruxelas, 1956, e *Quelques problèmes de la paysannerie byzantine*,

entraram na órbita bizantina. Essa penetração foi tão freqüente e de conseqüências tão diversas em todos casos, a troca de relações com os povos circunvizinhos foi tão intensa na história bizantina, sem falar ainda das investidas maciças e as sucessivas perdas de províncias inteiras que, sem exagêro, seria dar um curso inteiro sôbre a história bizantina, se quiséssemos pormenorizar, durante mais de mil anos. as invasões, infiltrações e a respectiva resposta do govêrno bizantino. Pedimos vênia, então, para interpretar o título de uma forma restritiva, tratando unicamente dos casos onde o Império soube absorver, pelo menos em grande parte, aquêles que no seu território penetraram. Dispensa-se, assim, a história dos lances da guerra interminável entre os árabes e os bizantinos, mais tarde contra os turcos. Os árabes muçulmanos não foram helenizados, quando da sua fulgurante conquista das antigas províncias romanas ou do seu contínuo progresso na Ásia Menor (nesses dois casos, a assimilação foi na direção contrária, e ela seria melhor estudada no contexto do regionalismo bizantino e da civilização islâmica). Tampouco trataremos aqui das relações entre minorias étnicas e govêrno, como é o caso dos judeus e, mais tarde, dos italianos. Não lhes damos o nome de “invasores”, nem houve uma absorção dêles no organismo bizantino. O âmbito onde se movimentaram os povos que enfocaremos é praticamente tôda península Balcânica e a integração completa-se no tempo de Basílio II, isto é, um pouco depois do ano mil. Quanto à investida dos cruzados contra Constantinopla, ela é uma confrontação das duas civilizações cristãs, não um processo de penetração e absorção.

Circunscrito o assunto dessa maneira, no tempo e no espaço, o enfoque cairá sôbre as regiões balcânicas, entre 400 e 1000 d. C., aproximadamente, os invasores podendo ser classificados em três grandes grupos: os germanos, os eslavos, os povos das estepes.

*

I. — CONSTANTINOPLA E AS INVASÕES GERMÂNICAS.

Escusado é lembrar que os germanos, que na alvorada do século V pareciam em melhores condições de inundar o mundo romano e

ibidem, 1956. As conclusões a respeito da progressiva feudalização não são universalmente aceitas, como se verifica no estudo de LEMERLE, P., *Esquisse pour une histoire agraire de Byzance: les sources et les problèmes*, in “Revue Historique”, t. 219 (1958), p. 32-74, p. 254-284; e t. 220 (1958), p. 43-94, onde encontrar-se-á a bibliografia até a data. Recentemente, para darmos um exemplo de tentativa de enquadrar realidades bizantinas em têrmos modernos, publicou-se, por ANTONIADIS-BIBICOU, H. — *Byzance et le mode de production asiatique*, in “La Pensée”, nº 129 (outubro de 1966), p. 47-72.

ferir-lhe no coração, não estavam no Reno mas sim na região do Baixo-Danúbio. São as diferentes tribos do grupo dos gôdos, entre os quais vão projetar-se os ostrogodos e visigodos.

Se os germanos quase que monopolizam o papel de invasores nos manuais de história, é mais um erro de perspectiva, pois põem em evidência grupos que brilharam por façanhas ou por crueldades fora do comum, e deixam na semi-obscuridão aqueles que tiveram um papel duradouro, ainda que mais obscuro. A historiografia ocidental, até há uns trinta anos, tem sido pouco generosa para com os grupos de eslavos, cuja presença nos Balcãs dura até os nossos dias, ao passo que cada estudante teve de decorar a caminhada (aliás impressionante) dos visigodos, desde as vizinhanças de Constantinopla até sua instalação na Península Ibérica.

Na tentativa de dar neste trabalho as devidas proporções a cada um desses fenômenos, logo colocamos a tese de que as incursões de Alarico foram fatos de superfície, enquanto estava em andamento um processo contínuo de absorção progressiva de grupos de germanos no fim do IV século, por parte do Império Romano. Nada mais errada, com efeito, de que a idéia de que os germanos tivessem sido um grupo “virgem” da influência do Império, consciente da sua realidade nacional e prestes a derrubar o Império na primeira ocasião. Nem se pense numa posição de mera ofensiva de um lado e de mera defensiva do outro, pois a penetração da cultura romana já começara bem antes da invasão própria dita.

Entre 271 e 375, isto é, um século inteiro, os gôdos tiveram contactos ininterruptos com a civilização do Império, ao longo do Danúbio inferior. Os fatores que sempre encontraremos na absorção dos bárbaros já estavam em plena atuação: os gôdos entravam no exército, que aos poucos se barbarizava, faziam comércio e recebiam tributos (Roma “pagava” dessa maneira sua tranquilidade e recuperava, aliás, largamente o dinheiro pela intensificação do comércio nos mercados da fronteira), e desde o início do IV século, receberam a influência do Cristianismo ainda que sob a forma do arianismo (consagração de Úlfilas em 341). Seria exagero pretender que os gôdos já estivessem romanizados quando entraram no Império como invasores; mas é honesto reconhecer que tinham sido influenciados profundamente pelos três canais de assimilação: os mercadores, os missionários e sua própria atuação como mercenários (3). Sejam eles ostro ou visigodos, parecia até que paulatinamente iam se enquadrar no Império como

(3). — Os contatos prévios que os germanos já tinham com os romanos são agora universalmente reconhecidos e os autores querem colocar mais o acento num intercâmbio contínuo. Citemos entre muitas obras, a de KATZ, S. — *The decline of Rome and rise of Mediaeval Europe*, Ithaca, N. Y., 1958, p. 106s.

nação-tampão, infiltrando-se talvez por pequenos grupos por meios semi-irregulares sem mostrar vontade de invadir realmente. Mas veio o momento do fulgurante ataque dos hunos, que os deixou em pânico; pediram asilo dentro do Império, o que foi concedido a uma grande parte deles. Era uma nova fórmula que poderia acelerar a integração. Foram, porém, de tal maneira explorados pelos traficantes e funcionários romanos que se revoltaram e infligiram aos romanos a catastrófica derrota de Andrinopla (378). Numa exata perspectiva então, essa batalha não entra no quadro clássico de uma nação militarizada que ataca seus vizinhos, mas, trata-se de um grupo, ainda consciente de sua não-romanidade, mas em franca via de romanização e cristianização, aceito e instalado, oficialmente dentro do Império; aguerrido por seus contatos forçados com dois mestres em artes bélicas, os irânios (seus antigos vizinhos) e os romanos (seus vizinhos e hospedeiros atuais), agora revoltado pelo tratamento por parte daqueles que o receberam. Roma é quem provocou aqueles que normalmente iam tornar-se, com o tempo, o seu próprio escudo.

A vitória de 378 deve ter inspirado um sentimento novo ao jovem Alarico que logo veio à chefia do grupo: de que o Império já não era um bloco compacto, mas sim um terreno de ação ideal para seus homens semi-nômades e soldados treinados. O caminho de Alarico com seu grupo através do Império, balizado em cores de sangue e de glória, não é outra coisa que o rastro duma *razzia* sempre renovada e uma fuga ininterrupta ante os exércitos que tentaram cortar-lhes o caminho, cercá-los, mas ao que parece, nunca aniquilá-los (Estilício, é bem conhecido, foi acusado de convivência com êsses germanos por tê-los deixados escapar). Essas “longas marchas” empolgam os espíritos epopéias, mas para as populações que atravessam não significam uma mudança de tipo de sociedade. Mal desaparecidos os soldados, o agricultor empobrecido que sobrevive põe o arado na terra e um novo sulco logo cobre os rastros dos saqueadores e o sangue que marcou seu caminho pelo horizonte ocidental.

Talvez mais prometedora e mais realista foi um outro esforço de penetração gôda, este dentro da nova capital, onde um grupo de germanos, sob a direção de Gainas, tentou entrar no sistema romano e lhe galgar todos os degraus. Assimilação provocada pelo prestígio bizantino ou talvez uma pretensão explícita de se apoderar dos comandos? Fato é que o general gôdo Gainas foi nomeado *magister militum*, pôde dominar a cena em Constantinopla e impor sua vontade ao imperador Arcádio. Parecia que Gainas com sua manobra por dentro, ia apoderar-se das rédeas do poder na nova Roma, numa tentativa de amalgamar ou justapor elementos romanos e forças germânicas, formando um interessante paralelo à realização da obra de Teodorico e, entre os visigodos, os dois Teodoricos e Eurico, especialmente

na sua legislação. Mas Constantinopla não era Tolosa ou Bordus na Gália, ou mesmo a Antiga Roma. O Império oriental, mais sólido que o Ocidental, pôde ainda dar-se ao luxo de uma reação anti-germânica (4), forçando a nacionalização do exército e da administração pela integração dos isáurios, mas teve de abandonar o Ocidente ao seu próprio destino (5).

Como resumir, então, os efeitos da invasão germânica na parte oriental do Império? Os próprios germanos tiveram certamente pretensões variadas: saquear (Alarico), ou até apoderar-se diretamente dos instrumentos do poder na Nova Roma (Gáinas). Nunca, no Oriente, puderam pretender a uma criação política híbrida *sui generis*, como na Itália ou na Espanha. Nenhum deles deve ter pensado em derrubar o Império. Quanto aos resultados no campo étnico e demográfico, os efeitos, sem serem negligenciáveis, também são bem menos duráveis no Oriente do que no Ocidente. Não conhecemos nenhuma região germanizada, nem sequer parcialmente, não se sabe de nenhuma província onde a administração antiga não voltasse logo que desaparecessem os bárbaros. Digamos que a invasão dos germanos não modificou a vida bizantina e que os inúmeros elementos que ficaram em Bizâncio, logo foram assimilados (6).

*

II. — A INVASÃO DOS ESLAVOS: OS FATOS.

Com esta invasão estamos diante de um fenômeno incomparavelmente mais importante para Bizâncio. Digamo-lo desde o início, esse movimento afetou profundamente a vida bizantina em várias regiões dos Balcãs e suas influências perduram até os nossos dias. Implica em profundas mudanças etnológicas, culturais e numa nova maneira de se en-

-
- (4). — ENSSLIN, W. — *Einbruch in die antike Völkerwanderung*, no vol. 5 da *Historia Mundi*, ed. por Fr. Valjavec, p. 106s. Mas dispensar pura e simplesmente os germanos não era possível. Leão I (454-475) só recebeu a corôa graças à colaboração do alano germanizado Aspar.
- (5). — RÉMONDON, R. — *La crise de l'empire romain*, p. 227 resume os esforços da parte oriental para salvar a parte ocidental do Império. Hoje em dia, não pode mais ser defendida a tese de que Constantinopla se desfez dos bárbaros, por um ato de perfídia, indicando-lhes a parte latina como engodo. TOYNBEE, A. — *A study of History*, t. IV, p. 324, representa ainda o antigo conceito: "... barbarian war-lords... were adroitly passed on by Constantinopolitan diplomacy...".
- (6). — Ou até vencidos pelas armas, especialmente quando o imperador Leão I apela para os isáurios, que sob o aspecto da civilização, são bem piores que os germanos, mas habitantes de uma região situada bem no coração da Ásia Menor, isto é, indubitavelmente súditos. Vide OSTROGORSKY, G. — *Histoire de l'Etat Byzantin*, p. 91s.

carar seu papel por parte do Império. Por parte dos eslavos, os contactos com Bizâncio marcaram-nos para sempre.

Estranhamente, boa parte dêsse acontecimento de maior importância fica ainda obscura e o ficará sempre, sem dúvida. Disso, duas razões devem ser apontadas imediatamente:

— primeiramente, a falta de relatos diretos nos autores latinos ou bizantinos, nos tira a ocasião de um esclarecimento global, do ponto de vista dos contemporâneos. Temos que basear-nos em informações ocasionais, ou então fazer induções a partir de situações ulteriores.

— depois, o método dêles, isto é, os eslavos, progrediram, é um método diametralmente oposto ao dos hunos, por exemplo, ou até dos germanos, e deixará fatalmente possibilidades bem mais reduzidas para as escavações.

Além disso, complicou-se ainda mais a pesquisa pela interferência dos nacionalismos do nosso tempo, como se verá logo.

Resumamos, como ponto de partida, um texto de Procópio onde êste contemporâneo de Justiniano mostra seus conhecimentos sobre os antes e “esclavenos”, numa passagem da sua obra *De Bello Gotico* (III, 22-30): antes e esclavenos, ainda que se combatam, tem muita coisa em comum, uma mesma forma de governo democrático (Procópio usa esta palavra), religião semelhante, habitação (cabanas pobres que trocam com facilidade), língua e aparência igual. O autor afirma que são descendentes do mesmo povo *spori* e lhes atribui uma maneira de viver rudimentária e um bom carácter.

A pressão eslava que interessava ao Império Bizantino, no tempo de Procópio, estava localizada no Baixo-Danúbio. Nesse rio, o governo mantinha sua frota fluvial que inspirava respeito aos bárbaros, mas que não pôde impedir que grupos reduzidos se introduzissem. Não constituiriam uma ameaça para a continuidade da vida bizantina, pois, ou se retirariam no inverno (no caso de *razzias*), ou então ficariam assimilados em pouco tempo (infiltrações no campo). Mas tudo se complicou quando os esclavenos começaram a ser liderados pelos chefes de grupos turcos, temíveis cavaleiros e excelentes soldados. Com efeito, no mosaico extremamente complexo, ou melhor, nesse mar confuso do além-Danúbio surgiram sempre novas ondas daqueles povos das estepes asiáticas, cuja primeira aparição (na forma de hunos) impelira os gôdos (já o vimos) a se atirar literalmente na fronteira romana. Os eslavos, quando enquadrados pelos búlgaros cutriguros, por exemplo — isto acontece no tempo de Justiniano — constituem bandos de saqueadores organizados e que, se deixavam as cidades do lado (não tinham meios técnicos para tomar praças fortificadas) penetraram fundo no Império, ao longo dos vales que descem do Norte

para o Sul, ao longo das estradas no eixo Este-Oeste (7), e amontoaram as ruínas no campo, onde os habitantes tinham tentado resistir. Sabemos que o assalto dos cutriguros em 540 foi extremamente bem sucedido e suas colunas com uma massa de 100.000 mil prisioneiros chegaram sob os muros da Capital e até ao Istmo de Corinto. Para contê-los — pois êstes grupos não podiam ser assimilados — Justiniano I constrói uma multidão de fortalezas ao longo do Danúbio, nos lugares mais expostos e cuja descrição temos através do trabalho do já referido de Procópio (*De Aedificiis*).

Qual é, então, a situação quando morre Justiniano (565)? Apesar dos campos arruinados, apesar das crueldades e das dificuldades económicas surgindo daí, a vida urbana, a administração continua. Prova disso um ato do Imperador que muda a capital do *Illyricum* mais para o Norte. Em uma palavra: o *limes* do Danúbio, ainda que menos impermeável, fica em pé, vai tapando suas brechas e continua a constituir realmente a fronteira do Império. E' uma situação diametralmente oposta à do Ocidente. Em compensação, os eslavos devem ter percebido o vácuo relativo que se estabelecera atrás das fronteiras. E' aqui que tocamos no ponto mais obscuro e no entanto mais fundamental da nossa exposição, ou seja, a escassez demográfica do Império de Bizâncio. Deixemos por enquanto êste problema, que fatalmente encontraremos mais adiante.

O *limes* danubiano deve ter cedido em largas partes entre Justiniano (+ 565) e Heráclio (610-641). O futuro imperador Tibério tentará desesperadamente manter a importante cidade de Sirmium, mas mesmo esta lhe escapa (582). Os avaros (são êles que formam agora a ala marchante) não ficarão na região atravessada. Os eslavos, porém, que foram levados na sua esteira, devem ter penetrado, silenciosamente, em todo lugar. Repetimos que, se precisássemos de um

- (7). — Três são as vias de acesso naturais para quem vem do Norte em direção de Constantinopla e da Grécia: a). — por Naissus (Nish), Scupi, Scobi e vale do Axios (Vardar), com duas possíveis variantes, até perto de Tessalônica; b). — pelo vale do Estrimon (Strymon), a partir de Sérdica (Sofia), com os desfiladeiros do Rupel até Antipolis; c). — seguindo o vale do Nestos (Mesta) por Nicópolis; na prática esta via de acesso é quase impraticável, por causa dos pântanos.

As vias no eixo Este-Oeste são as três seguintes nos Balcãs:

- a). — beirando o Danúbio, fora a parte oriental do Danúbio, onde a estrada corta a região entre Durostorum e o Mar Negro.
b). — a mais praticada ligava Bizâncio, Adrianópolis, Filipópolis, o passo de Succi, Sérdica (Sofia), Naissus (Nish), Singidunum, Sirmium, a capital no rio Savo.
c). — a terceira, mais ao sul, é a célebre via Egnatiana: Dirráquio (Durrazzo), Tessalônica (Salônica), Anfípolis, Filipi (não confundir com Filipópolis), Neápolis, desfiladeiro de Acontisma, Trajanópolis, Bizâncio.

exemplo para mostrar mudanças de caráter duradouro, mas pouco aparecendo nas fontes, estaríamos inclinados a indicar a ocupação das regiões que focalizamos agora, na década que segue o reino de Justiniano. Até agora, os grupos de eslavos do Sul ocupam largas partes do Sudeste europeu e sua presença suscitou sentimentos de nacionalismo feroz, sua imbricação com outros povos, restos de latinos ou grupos relatinizados (rumenos), gregos ou re-helenizados, albanos, provocou choques e contactos com magiares e búlgaros, enfim, tôda uma problemática que perdura até hoje, está condicionada pela lenta penetração dos inúmeros grupos e grupelhos de eslavos que se estabeleceram entre o tempo de Justiniano e o de Herácio (610-641), penetrando como inumeráveis formigas silenciosas. Infelizmente para nós, os historiadores lhes seguiram a discrição e os relatos são avaros de informações. Sòmente surgem uns poucos testemunhos e, assim mesmo mal localizáveis. As cronografias bizantinas quase nada nos dão sôbre o essencial, isto é, a própria instalação. E êsse mutismo é apenas matizado pelas informações que nos vêm de fontes muito longínquas.

A menção da Grécia pròpriamente dita (Hélade) e do Peloponese nos confronta com o problema que mais do que qualquer outro suscitou reações apaixonadas. Se é verdade que os esclavos dominaram completamente aí, então a atual Grécia é uma parte do grupo eslavo, recuperado mais tarde pela civilização de Bizâncio medieval. A tese foi defendida, com ardor, pelo alemão Fallmerayer, no século passado. O brio dos gregos, especialmente depois de terem recuperado sua independência, ficou profundamente ferido. E as discussões tiveram, como sempre acontece nessas circunstâncias, um tom pouco científico... Como sair dêsse impasse? A onomástica não oferece grandes recursos. A arqueologia deveria revelar muito mais. Aqui, porém, como em outros problemas, a glória da Hélade Clássica ofuscou demasiadamente a pesquisa nos restos medievais da Grécia. Parece tanto mais glorioso descobrir um templo dórico, que classificar os restos pobres da cerâmica e dos utensílios dos séculos VII e seguinte d. C.!

Por enquanto, o Prof. Lemerle tem razão em insistir prudentemente numa pesquisa mais pormenorizada sôbre a história administrativa dos bizantinos. A partir do re-estabelecimento do aparelho administrativo, tanto eclesiástico quanto civil, é possível inferir algo sôbre o que aconteceu antes. Mas deixemos isto para um momento mais oportuno, na segunda parte dêste estudo. Necessário é, porém, dizer ainda uma palavra sôbre os eslavos no tempo de Herácio (610-641) e seus sucessores imediatos.

A data 626, cêrco de Constantinopla pelos ávaros, divide dois períodos, cujo primeiro é ainda marcado pela presença organizadora

dêsse povo das estepes que, como antigamente os hunos e mais tarde os magiares, tiveram talentos reais de organização. Antes disso, os mesmos ávaros tinham, por duas vêzes já, tentado tomar a segunda cidade do Império Bizantino europeu: o pôrto de Tessalônica (Saloniki). A segunda parte da obra hagiográfica *Miracula S. Demetrii*, quando bem interpretada (8), oferece umas conclusões que aqui sòmente podemos resumir:

— pelo menos uma vez, a iniciativa da campanha fica com os ávaros, mas a massa é constituída pelos esclavenos:

— êsses últimos já souberam utilizar suas embarcações precárias (*monoxylos*) para saquear as ilhas gregas.

Depois de 626, os ávaros desaparecem da cena do Império Oriental, e interessam mais à história do Ocidente. Mas os eslavos não arrefeceram em sua expansão lenta, ocupando cada vez mais a terra. Não tentaremos contar aqui a história do seu último ataque contra o grande pôrto que foi salvo, na interpretação da hagiografia, por um milagre de São Demétrio. Mas os pormenores da relação dos milagres indicam claramente que os eslavos dominam tôda a região e que já estão em vias de se aculturarem ao contacto dos gregos, pelo menos nas suas camadas mais altas. Agora, pelos meados do século VII, quando se fala na região das *sclavinias*, tem essa expressão o valor de um país diferente, fora das fronteiras do Império.

Antes de ver em ação a extraordinária máquina de recuperação bizantina, é necessário enumerar brevemente outros grupos, fora os chamados esclavenos, e que se estabeleceram nos confins do Império.

Na região dalmática, os grupos latinizados, mas que os gregos de Bizâncio consideram como membros de direito do Império, tinham sido reduzidos a insignificantes quistos separados, perto dos portos, incapazes de se unir para resistir à progressão inexorável dos eslavos. Entre êstes, o grupo que primeiro aí penetrou deve ter sido uma parte dos que os bizantinos chamam de esclavenos; mais tarde porém, chegaram, não se sabe exatamente como, os croatas (9) e os sérvios. Os primeiros localizaram-se numa parte da antiga Panônia e especialmente na parte superior da Dalmácia, mas foram integrados num contexto religioso latino e não souberam manter-se livres da expansão veneziana.

(8). — LEMERLE, P. — *La composition et la chronologie des Miracula S. Demetrii*, in "Byzant. Zeitschrift" XLVI (1953), p. 349-361.

(9). — A tentativa do bizantinista belga H. Grégoire, que quis aproximar o nome (e a presença) dos croatas do *Khan* búlgaro Kuvrat e até de um chefe revoltoso (de que grupo? gregos, perdidos num ambiente ávaro?) e que dataria sua presença nos anos de Heráclio, não parece muito convincente.

Nestas alturas um povo aparece no horizonte bizantino, e é necessário, antes de explicitarmos a reorganização e a re-helenização do território tradicionalmente grego, seguir brevemente a história e a aparição do povo e o surto do (primeiro) reino búlgaro (10). Como se sabe, êsse povo constitui uma nova onda dos povos das estepes, mas o que mais nos interessa, é seu caldeamento com os elementos eslavos e seus contactos com Bizâncio que fizeram com que se transformasse durante o “reinado” de Kuvrat e seu sucessor Asfaruque. De fato, já no século VII é que os imperadores em Constantinopla descobriram que, na região do Baixo-Danúbio, estava se processando uma curiosa simbiose entre os eslavos daquelas partes e elementos do grupo turco que lhes davam uma organização notavelmente disciplinada e um cunho guerreiro. Logo a diplomacia bizantina tentou domesticar o nôvo perigo por dois dos seus mais comprovados métodos, isto é, a cristianização e as boas relações com seus inimigos nas costas. Kuvrat recebeu o batismo mas, a expedição de Constantino IV não conseguiu outro resultado que o estabelecimento e reconhecimento por Bizâncio de um verdadeiro estado estrangeiro dentro dos tradicionais limites do Império. Um outro *Khan* (Tervel) recebeu mesmo, durante o tempo dos sucessores de Heráclio, o título de *Caesar* (daí o nome usado pelos búlgaros, mais tarde pelos russos, para designar seu soberano: *tzar*), o que associava êsse bárbaro às honras imperiais em Constantinopla.

Por enquanto, se o brio dos bizantinos sofreu bastante, os búlgaros não constituem ainda um perigo para as províncias vitais do Império e parecem até como seus aliados na luta contra os árabes. Mas um século mais tarde, isto é, nos primeiros do século IX, a situação é totalmente diferente e a Bulgária é agora mais ameaçadora que os próprios árabes. Conduzida por Krum, originário de um outro ramo dos búlgaros, êstes se viram libertados do jugo ávaro, na Panônia, pelas grandes vitórias de Carlos Magno, que indiretamente, infligiu dessa maneira um enorme prejuízo a Bizâncio. Krum estava longe de se aproximar dos bizantinos, pois quando os desfila-deiros traíram as tropas e a vigilância de Nicéforo I, que morreu no local com a quase totalidade dos seus soldados, o *khan* búlgaro utilizou o crânio do imperador como cálice para festejar com seus grandes. Parecia então (811), que as armas tivessem decidido para sempre contra a aproximação dos dois Impérios. No entanto, foi exa-

(10). — Chamâmo-lo de primeiro, para distinguir êsse império daquele que foi fundado por Asen I (1187-1195) e que deve ser interpretado no contexto das aspirações à independência que movimentaram várias províncias da periferia (os sérvios, por exemplo) neste século XII. Além disso, o surto desse reino cai fora dos limites cronológicos deste trabalho, ou seja, os preliminares da 1a. Cruzada.

tamente o contrário que aconteceu. Mas meio século mais tarde (864), Miguel III é o padrinho de batismo de Boris da Bulgária e este prefere a direção da Igreja de Constantinopla àquela de Roma, que se pôs como candidata para organizar a cristianização. Que força podia ter alcançado tão importante vitória, depois de tão catastrófica derrota? O revigorado exército e a esquadra bizantina (11) do tempo da dinastia dos Macedônios entram aí como persuasivos, sem dúvida. Mas não explicam o fenômeno em si. Mesmo desconhecendo em pormenores os métodos da obra missionária nessa província da área bizantina, o historiador moderno deverá deixar-se guiar, na interpretação deste fato, pela concomitância da eslavização e dos progressos do Cristianismo, na região dos búlgaros. Fenômeno dos mais interessantes, e que pode ser inferido “a contrário” também, pois, quando Boris-Miguel quebra a resistência dos seus boiardos (nobreza local), êle, conscientemente, abafa a grande força anti-eslávica e anti-cristã. A conclusão óbvia então, é a de que o Cristianismo não suscitou nenhuma resistência maior da parte dos eslavos, que, muito pelo contrário, consideram-no como um meio de promoção dentro do esquema político búlgaro.

E o sucesso do Cristianismo, junto aos eslavos, que quase sempre facilitavam uma aproximação política com Constantinopla, traz consigo também toda uma cultura e uma arte bizantina. O maior sucesso de Bizâncio, o mais durável, não foi a vingança militar de Basílio II (12), mas o fato de ter proporcionado a todas essas regiões uma inspiração para sua arte nacional (a arte bizantina encontrada na Iugoslávia atual, por exemplo, é extraordinariamente vigorosa e variada (13), de ter-lhes enquadrado numa hierarquia eclesiástica e uma liturgia que êsses povos aceitaram como parte do seu patrimônio nacional.

Para terminar esta parte do trabalho, umas poucas palavras sobre a última fase a ser considerada, ou seja, a fase da reinstalação dos temas. Via de regra, onde se reinstalam os temas e os bispados, aí o poder assimilador de Bizâncio já recuperou o terreno, não só pelas armas, como também já soube integrar as populações na economia

(11). — O obra fundamental sobre a marinha (de guerra) bizantina é agora a de Hélène AHRWEILER, *Byzance et la mer*, Paris, PUF, 1961.

(12). — Não menos cruel ou menos carregado de simbolismo que o cálice-crânio de Krum foi o gesto do vitorioso basileus *bulgaroctonos*: êle tirou ambos os olhos de todos os cativos (as fontes falam em 15.000 ou 14.000, mas devem exagerar), deixando um olho a um soldado em cada batalhão de 100, para conduzir seu grupo ao tzar Samuel que fugira. Êste sobreviveu somente durante dois dias ao terrível espetáculo (OSTROGORSKY, *Histoire de l'Etat Byzantin*, p. 336).

(13). — A coleção UNESCO da arte mundial (ed. New York Graphic Society) dedicou um dos seus volumes aos afrescos medievais da Iugoslávia.

do Império e, conseqüentemente, o processo de assimilação cultural já está funcionando normalmente. Teremos a ocasião de insistir, infra, no seu sentido, querendo mostrar aqui somente sua lenta progressão. Ora, sabemos que a administração central instalou o *tema*, primeiro na Trácia Européia (14), depois na Hélade (isto é, a Grécia central), ainda no século VII. O Peloponeso foi reintegrado ainda no século VIII, sem que possamos precisar bem a data (15), e depois veio o *tema* da Macedônia (ao redor de 800) (16), de Tessália, e o *tema* do Estrimon (século IX). Isto não significa ainda uma pacificação completa dos eslavos, e a maior cidade no gôlfo de Corintos, Patras, sofreu ainda um cerco em 805. Finalmente, a vigorosa ofensiva do Império para recuperar, nos séculos IX e X tôda a península balcânica, está refletida, mais claramente do que nunca, na organização de seus *temas*, que têm o significado de um manifesto de vitória: os *temas* de Tessalônica e de Dirraquio (Dyrrachium, Durazzo), ou seja, a parte ocidental e oriental daquela região que parecia definitivamente perdida no tempo das invasões.

Esta breve história de irrupção dos grupos eslavos, e dos grupos eslavizados (os búlgaros, principalmente) e da reação bizantina ficou tão resumida que chega a ser defeituosa. Mas ela permitirá uma classificação e apreciação dos meios com os quais Bizâncio contava para primeiramente, não perecer sob o impacto guerreiro e a penetração contínua, depois, para retomar a iniciativa e vencer ou assimilar os invasores.

Comparemos agora a situação sudeste européia com aquela, melhor conhecida, da Europa Ocidental, pelos anos 900 por exemplo. Vemos aí as antigas províncias romanas anarquizadas ou na mão de reinos efêmeros: a quase totalidade da península ibérica nas mãos dos mouros (e no entanto, o esforço árabe foi muito mais intenso no direção de Constantinopla, duas vêzes atacada diretamente (674-717) (17), o reino de Carlos Magno substituído (18) por um imenso mosaico onde vimos surgir os grandes senhores feudais, a economia

(14). — Por um ato de Justiniano II (685-695 e 705-711).

(15). — Há uma discussão sobre a data da ereção deste *tema*: antes ou depois da derrota dos eslavos ante Patras (805)?

(16). — LEMERLE, *Invasions et migrations*: tôda a última parte.

(17). — Estas vitoriosas resistências deveriam ser melhor frisadas em nossos livros de história, que a chamada batalha de Poitiers, cujos efeitos são bem menos nítidos e cuja localização ficará talvez incerta para sempre. E ainda não mencionemos que os vencedores não se comportaram de maneira muito mais cristã que os próprios árabes, na França Meridional....

(18). — GANSHOF mantém — e com bons motivos — sua opinião de que a obra de Carlos Magno em boa parte malogrou. Vide GANSHOF, F. L. — *Karl der Grosse und sein Vermächtnis*, in *Karl der Grosse, Werk und Wirkung* (Ausstellung), Aachen, 1965, p. 7-8.

reduzida a um mínimo de trocas, a cultura a um nível incrivelmente baixo. No Sudeste europeu, por volta de 900, já começara a grande recuperação que está ligada ao nome (aliás errado) da dinastia macedônica. Recuperação militar, apesar dos revezes iniciais, que levou os generais vitoriosos contra as posições árabes, num movimento que tomou as feições, vez em quando, de uma verdadeira cruzada, em bases mais realistas que aquelas do Ocidente, dois séculos mais tarde. Recuperação econômica e da sociedade, pois é nesse tempo que estão sendo integrados os elementos estranhos e que eles vão ajudar para reconstruir a população e diminuir a sub-população crônica das províncias bizantinas. Nem é necessário insistir em que é no mesmo tempo que se desenvolverá, a partir dos *ateliers* da capital e a partir dos *scriptoria* dos grandes mosteiros, um estilo bizantino que merece o nome de renascimento e mostra a maior maturidade alcançada pela arte bizantina (19). Numa palavra, num díptico das duas partes da Europa, o contraste entre os dois quadros não poderia ser mais expressivo. E isso se deve, no que já foi dito, a um conjunto de métodos para arcar com o problema do elemento exterior que soube tornar o perigo mortal (os sucessores de Heráclio lutam pela mera sobrevivência do Império) em uma vantagem e um fortalecimento da vida do Império.

*

III. — A REAÇÃO BIZANTINA. 1). — O EXÉRCITO.

Está na hora de analisarmos sistematicamente êsses métodos de arcar com o problema dos invasores.

A primeira força que tem de ser citada é a força militar. Apesar de todos os esforços para se escrever somente páginas sobre a sociedade, a economia e a cultura bizantinas, o que nos daria uma boa consciência de historiador simultaneamente *à la page* e pacífico, continuamos achando que certos acontecimentos militares deverão ser mencionados como de grande relêvo. Antes de tornar-se, na última fase, uma cidade cercada, Bizâncio foi quase sempre um Império cercado. Batalhas que decidem sobre a evolução das décadas seguintes são numerosas. A vitória sobre árabes é uma delas, a aniquilação do exército de Nicéforo I que concretizou dramaticamente a ameaça búlgara é outra. A batalha de Mantzikert (1071) talvez foi a mais trágica, pois ela obrigou os bizantinos a recorrer a outras forças, especialmente italianos, e com isso de um passo decisivo na direção da de-

(19). — Não cabe aqui uma bibliografia sobre a arte bizantina. Retomamos apenas uma idéia de Grabar, *Bisansio* (tradução italiana da obra francesa do mesmo nome, de 1964) p. 99. No fim da mesma obra encontrar-se-á um apanhado da bibliografia.

pendência econômica. Mas ela está fora dos limites que estabelecemos para esse pequeno trabalho.

Porém, não é somente na medida que os fatos militares foram decisivos, que achamos o exército um fator de enorme importância. E' porque êle será extremamente revelador da própria sociedade bizantina, da qual é o escudo. Lembremos que as tropas mercenárias, no tempo das invasões germânicas, chegaram quase a apoderar-se das rédeas do govêrno. No Ocidente, Honório mandou trucidar a Estilício e o trono seguiu-se-lhe na queda, meio-século mais tarde. No Oriente, Aspar foi removido e os germanos não entraram mais no exército, a não ser a título individual e sem o comando dos próprios oficiais. Mas o govêrno soube, e aqui está o ponto essencial, substituí-los por soldados tirados do próprio território; em outras palavras, por vários séculos (mudou outra vez no tempo dos Comnenos) o exército bizantino foi um exército *nacional*. E' aí que encontramos, entranhados, o problema do recrutamento e o problema do camponês livre. Questão crucial, em Bizâncio, pois, sem camponês livre não haverá soldados nacionais e muito mais difícil tornar-se-á a arrecadação dos impostos. Depois da eviçao dos gôdos perigosos, os isáurios, semi-bárbaros, mas habitantes da Ásia Menor, e súditos diretos do govêrno preencheram o papel de fornecedores de soldados aguerridos; não levou muito tempo para que êles também constituíssem um perigo étnico.

“Enquête d'un remède, l'empire en proie à sa fièvre germanique avait absorbé le contrepoison isaurien. Le remède opérait, mais la dose était trop forte et commençait, à son tour, à empoisonner l'organisme de l'Etat” (20).

Anastásio I (491-518) organizou então uma verdadeira colonização forçada de grandes grupos de isáurios da sua morada no interior da Ásia Menor, transplantando-os para a Trácia. Cronologicamente, é a primeira vez, mas não a última, que ocorre uma operação deste tipo, e gostaríamos de conhecer de mais perto como isso foi planejado e executado (21). Conhecemos de maneira certa pelo menos mais uma transplantação forçada ou seja aquela efetuada sob o imperador Justiniano II (o *rinometos*, o de nariz cortado) de tribos eslavas da Trácia para regiões despovoadas e daí perigosamente expostas às *razzias* dos árabes, na Ásia Menor, na região do *tema* de Opsikion. Ao mesmo tempo êsses grupos receberão terras, e for-

(20). — OSTROGORSKY, *Histoire de l'Etat Byzantin*, p. 93.

(21). — Existe um trabalho sobre esse assunto de CHARANIS, P., *The transfer of population as a policy in the Byzantine Empire*, in “Comparative Studies in Society and History”, t. 3, II (1961), p. 140-154, Ficou-nos inacessível, por enquanto.

necerão os contingentes de soldados para o exército: é a instituição dos *stratiotes*, aquela que será amparada em primeiro lugar, quando os imperadores macedônicos tentarão desesperadamente limitar a expansão das grandes propriedades, sabendo que esse processo sempre acarretava a desaparecimento dessa classe de proprietários livres. Como pano de fundo de todos esses casos, aparece a questão da demografia no campo, questão que da parte dos autores nunca mereceu atenção, como tal, e que desafia ainda o espírito de pesquisa dos autores modernos, mas questão crucial para o campo e para a organização militar, condição primária para a sobrevivência do Império (22).

*

III. — A REAÇÃO BIZANTINA. 2). — A DIPLOMACIA.

Ao lado das forças armadas trabalhava a diplomacia bizantina. Normalmente, o governo até preferia esse instrumento de ação, não menos eficiente, para diminuir o ímpeto dos invasores. Perderam-se naturalmente os arquivos, mas é indubitável que um tipo de *bureau* de informações coletava todas as informações úteis sobre os povos que entraram em contacto com Constantinopla e que organizou uma “interpretação oficial” das origens e da história desses povos, doutrina essa que inspirava a tão minuciosa etiqueta da corte. A obra de Constantino Porfirogênita, *De Administrando Imperio*, oferece disso exemplos interessantes. As informações eram colhidas por vários meios, mas especialmente por embaixadas ocasionais. O resultado das viagens do retor Priscos encontra-se naquilo que nos resta da sua *História Bizantina*, textos esses que foram interpretados, indevidamente, aliás, como verdadeiros relatórios das embaixadas. (*De Legationibus*) (23).

Os diplomatas tinham, dessa forma, uma sólida base para suas manobras. Uma das táticas preferidas pelos diplomatas bizantinos era provocar um ataque de um outro grupo de bárbaros, na retaguarda daqueles que ameaçavam mais diretamente Bizâncio. Dessa maneira, os húngaros ainda localizados entre o Dnieper e o Danúbio foram chamados para diminuir a pressão que os búlgaros eslavizados exerciam contra o Império, em 894; manobra idêntica foi tentada com os russos, sob o príncipe Svjaroslav, que devia debilitar a ofen-

(22). — Não cabe aqui uma exposição mais pormenorizada, que implicaria numa discussão da *pronia* (*pronoia*), da fuga dos parecos, etc. Todo o estudo de OSTROGORSKY, *Quelques problèmes d'histoire de la paysannerie byzantine*, Bruxelas, 1956, é consagrado a isto, assim como vários capítulos da obra do mesmo autor, *Pour l'Histoire de la féodalité Byzantine*, Bruxelas, 1954.

(23). — Introdução à obra de Priscos, com informes sobre as edições e comentários em MORAVCSIK, G., *Byzantinoturcica* I, p. 479-488.

siva búlgara. E há exemplos mais tardios. Essas relações continuamente cultivadas com os países suscetíveis de atacarem pelas costas os inimigos mais imediatos eram, calculando bem, muito menos dispendiosos que uma campanha militar. Continham, porém, um grande risco, o de que o inimigo do inimigo não ficasse necessariamente o amigo da primeira aliança, especialmente depois de ter descoberto a fraqueza da própria Constantinopla. Assim, João Tzimisces foi obrigado a uma campanha militar contra os russos, por causa do imprudente convite a Svjaroslav, que em vez de enfraquecer os búlgaros, substituiu o poder deles, na região danubiana, pelo seu, muito mais perigoso.

*

III. — A REAÇÃO BIZANTINA. 3). — MISSÕES E EXPANSÃO CULTURAL.

A terceira força de assimilação, e a que frutos mais duradouros deu, foi sem dúvida a expansão cultural, incluindo-se nisto o estabelecimento da hierarquia eclesiástica e a obra missionária. Somos obrigados a dispensar um estudo das missões que partiam do mundo bizantino para fora das fronteiras tradicionais do império, pelas limitações que nos impusemos no início deste trabalho. Fica então fora do nosso horizonte a missão gloriosa dos monges Constantino (Cirilo) e Metódio na Morávia, onde contrabalançaram o avanço do Cristianismo latino, partido de Roma (século IX); ficará fora do nosso escopo também seguir a penetração da cultura e ortodoxia bizantina na Rússia. Mas a cristianização dos eslavos meridionais foi um empreendimento grandioso, como também, foi o dos búlgaros. Essas duas regiões tiveram, aliás, seus destinos parcialmente ligados, quando da grande expansão búlgara em meados do século IX. Já foram mencionados o problema e os fatos. Cabe agora tirar conclusões acêrca dos métodos bizantinos.

Logo depois da expansão a côrte búlgara pediu ao patriarcado bizantino um clero e uma hierarquia, vacilou primeiro entre Roma e Constantinopla, para finalmente encontrar em Constantinopla a liturgia e os interlocutores mais acomodantes. Ainda que reconhecendo os direitos soberanos do patriarcado de Bizâncio, a igreja búlgara recebeu uma quase autonomia e, fato capital, sua língua litúrgica será o eslavo (870). Dessa maneira é que o senso diplomático de Bizâncio soube ceder o suficiente para deixar aos búlgaros uma consciência de viver dentro de uma *igreja nacional* e, ao mesmo tempo, reservar-se uma enorme influência cultural. A mesma flexibili-

nos a encontraremos no caso da sede de Oc(h)rida que se proclamou “patriarcado” na última fase do império búlgaro.

Mais ainda que a Bulgária, cuja independência e caráter específico Constantinopla foi bem a contra-gosto obrigada a reconhecer, os outros eslavos do sul, especialmente os sérvios e os croatas, foram impregnados simultaneamente pelo Cristianismo e pelo sentimento da soberania bizantina. Durante a segunda crise de iconoclasmo (aproximadamente primeira metade do século IX), aproveitando o afrouxamento do poder central, os sérvios chegaram a constituir uma espécie de reino independente, ao mesmo tempo que as cidades dalmáticas parecem ter-se consideradas como totalmente independentes. Mas as esquadras árabes fizeram com que todos se tornassem para o lugar donde podia vir proteção eficiente (24). O governo não deixou escapar essa ocasião de fortalecer sua autoridade sobre essas regiões, fazendo acompanhar, como sempre, os administradores por missionários que contrabalançaram, aí também, a penetração da Igreja latina (fim do século IX). Esta influência foi definitiva na Sérvia, mas perdeu-se na Croácia.

Resumindo isso tudo, pode-se afirmar que praticamente tôdas as regiões balcânicas ao sul do Danúbio-Sava (talvez o Drava) fazem parte, já no século X, de um complexo cultural-religioso de cunho bizantino. Antecipa, dessa forma, o mapa religioso e cultural, o mapa político que será desenhado depois das conquistas dos macedônios, particularmente de Basílio II (+ 1025), profigurando-o com um século de antecedência. E não poderíamos encontrar prova mais incontestável do acerto do empreendimento que os inspiradores da grande política constantinopolitana planejaram.

Ligado à obra pròpriamente missionária, estava à disposição dos bizantinos, uma outra maneira de amainar a resistência dos povos com os quais tiveram contactos, enquadrando seus príncipes na chamada “família dos reis” (25). Apesar da extrema escassez das fontes sistemáticas, podemos tirar as classificações hierárquicas que os bizantinos estabeleceram entre os povos, a partir da titulação no *Livro das Cerimônias* de Constantino VII. O imperador não empre-

(24). — Sobre a constituição e organização da esquadra bizantina, AHRWEILER Helène, *Byzance et la mer*, Paris (PUF), 1966, especialmente p. 90 e 93-97.

(25). — DÖLGER, F., Die “Familie der Könige im Mittelalter”, p. 34-35 da coletânea DÖLGER, F., *Byzanz und die Europäische Staatenwelt*, Darmstadt (Wissensch. Buchgesellsch.), 1964. Três outros estudos estão mais ligados ao caso particular da Bulgária, na mesma edição: 1º *Bulgarisches Zartum und byzantinisches Kaisertum* (p. 140-158); 2º *Die mittelalterliche “Familie der Fürster und Völker” und die Bulgarenherrscher* (p. 159-184); 3º *Der Bulgarenherrscher als geistlicher Sohn des byzantinischer Kaisers* (p. 185-196).

ga um qualificativo tirado das relações de família, quando se endereça aos chefes sérvios, venezianos ou croatas, sem dúvida, porque os considerava como súditos (Veneza escapará logo dessa categoria), ou porque não se sentia relacionado espiritualmente com eles (é o caso do *Khagan* dos croatas). Os reis da Germânia e da França porém, merecem o título de *adelfos* (irmão). Mais íntima ainda é a designação *teknon* (filho) com a qual foram honrados os príncipes da Armênia Maior e, mais interessante para nós: os chefes da Bulgária.

Antes do batismo de Boris I (864), os príncipes dessa nação não passavam, na opinião da corte bizantina, de chefes de bárbaros infiéis, com os quais uma relação de família ficava totalmente excluída. Mudou a maneira de os tratar quando os bizantinos começavam a considerá-los como participantes da Cristandade, ainda mais que Miguel III (842-867) foi o padrinho de batismo de Boris, o que lhe deu logo direito ao título de pai *pneumáticos* (espiritual). Frisemos, a respeito, duas coisas: primeiro, que essa filiação não procede unicamente do batismo, como também, de uma espécie de adoção na própria “família” imperial, e em segundo lugar, mais importante ainda, ao nosso ver, que isto não está sujeito a situações políticas efêmeras. Muito pelo contrário, mesmo durante a guerra que Simeão-o-búlgaro faz contra o Império, ele não perde esse título, como aparece claramente nos escritos do patriarca Nicolau (26). Como sempre, o *Livro das Cerimônias* explicita isso quando trata das saudações que o *Logoteto* “*tou dromou*” (encarregado das relações exteriores) endereçará quando da audiência de uma embaixada à corte de Constantinopla; aí temos até o título quase cômico de “neto” do imperador, que não pode ser outro que Romanos I (Lecapenos), e chamado *Basileopater* ou pai do *basileus* (27). E se o referido tipo de filiação foge da nossa mentalidade, muito mais estranha ainda parece-nos a “paternidade” de todo o povo dos “romeus” (isto é, bizantinos) em relação ao povo dos búlgaros como tal. No entanto, um texto do já citado patriarca Nicolau é explícito, nesse sentido (28). A nossa estranheza procede, porém, de uma quase completa incapacidade moderna de conceber as relações entre povos, entre os príncipes ou até entre grupos do mesmo estado como sagradas, articulando-se num quadro de visão mítica. Em nossa mentalidade, a convivência entre os povos fora do tempo de guerra expressa-se em termos de coexistência pacífica ou quando muito, em termos de *com-*

(26). — *Idem, op. cit.*, p. 171, p. 176.

(27). — *Idem, op. cit.*, p. 173 ss; p. 183s; o autor, p. 184 ss tentará até inferir a história das relações entre as duas cortes, a partir dos títulos acumulados.

(28). — “Essa coisa lamentável (isto é a guerra entre os bizantinos e os búlgaros) aconteceu entre romeus e búlgaros, entre pais e filhos”.

panion, ou *partnership*. Numa perspectiva bizantina, porém, um corpo tão estranho como os búlgaros só podia ou ficar inaceitável no Reino que prefigurava o Reino Final do Cristo (aspecto escatológico) ou então entrar aí duma vez na qualidade de irmãos.

*

III. — A RAÇÃO BIZANTINA. 4). — A ADMINISTRAÇÃO.

Coroando êstes meios de assimilação, veio finalmenae a instalação ou re-instalação da rêde administrativa. Seguindo-lhe o rastro, podemos medir com segurança a extensão e o amadurecimento da integração. Mas não se trata mais dos órgãos administrativos do tempo de Justiniano, que poderíamos chamar de proto-bizantinos. O que aqui cabe explicar em breves têrmos é o elo administrativo chamado de *tema* (*thema*). Embora uma certa historiografia bizantina continui indicando sempre o imperador Heráclio (610-641) como o instituidor do nôvo elemento administrativo, êste é ao mesmo tempo mais antigo e recente, isto é, foi se estendendo paulatinamente à parte do Império que não mais era dividida em *eparchias* (cujos precursores já longínquos são as províncias e dioceses do Baixo Império), mas em regiões que foram regidas por um *estrategos* que detinha tanto o poder civil como o militar (29). Instituição de origem militar, o *tema* inspirou-se, tanto de experiências anteriores, como os exarcados de Ravena e Cartago quanto das necessidades enfrentadas, como era por exemplo o problema da vizinhança dos árabes, o problema da absorção dos invasores (o *tema* da Hélade, para fazer face ao enorme problema dos eslavos na Grécia). Houve até um *tema* marítimo, onde a força militar era constituída por uma esquadra (30). A nós interessa agora, de modo particular, o lento progresso da organização temática nos Balcãs, progresso êste que gostaríamos de ver esclarecido na obra *De Thematibus* de Constantino Porfirogênita (913-959). Porém, os notas históricas do autor imperial não são freqüentes e além disso, elas contém um tipo de explicação histórica que visivelmente se inspirou da “história oficial” que a própria côrte sempre ia formulando. O caminho mais seguro é o indireto, ou seja, anotar quando é que os vários *temas* são ocasionalmente mencionados. Já resumimos as principais datas de organização dos *temas* e podemos agora insistir na diferença administrativa entre as regiões “te-

(29). — O nome *Thema* designava um corpo do exército, originalmente. Foi a região onde êle estava acampado que foi-se chamando aos poucos pelo mesmo nome: por exemplo “Opsikion” é a região onde estava instalado o exército do nome Opsikion (*Obsequium*).

(30). — AHRWEILER, H., *Byzance et la mer*, p. 32.

máticas” e as outras, dando-lhe todo seu significado. No resto da península balcânica, onde os laços de dependência, tornaram-se simplesmente formais, a antiga subdivisão da *praefectura illyricum* substituiu, porque sendo ideal e não real não havia motivo para substituí-la. Concluamos, então, que o *tema* é sempre uma circunscrição do Império que corresponde a um funcionamento “real” em matéria de organização do exército e do ponto de vista econômico-social, isto é, podemos supor que aí os agentes do fisco encontrem a repartição do impôsto, e logo, explorações agrícolas pertencentes a particulares, comunas agrícolas (*choria*) (31), em resumo, tôda a sub-estrutura da vida do campo de Bizâncio Medieval. Temos o direito de supor também que os agentes de recrutamento para o exército aí encontrem os lotes pertencentes aos *strationes* cuja obrigação militar será herdada pelos filhos. Onde se instala o *tema*, sentimos a pulsação normal da vida bizantina.

*

CONCLUSÃO: A VISÃO DE A. J. TOYNBEE.

Quando tentamos fazer a comparação entre Ocidente e Oriente, pelos anos 900, que se lê nas páginas supra, não nos ocorreu que quase o mesmo díptico foi esboçado por Arnold J. Toynbee, numa das páginas onde êle trata do destino do Império Oriental até o século XI, ou seja antes da batalha de Manzikert (1071) (32). Encontram-se aí as qualidades que ninguém, honestamente, pode negar-lhe: aí entramos outra vez naquela vasta galeria de conhecimentos, onde as comparações com outros períodos quase que jorram do próprio texto; aí o pensamento veste-se dum estilo brilhante que aceita, com igual facilidade, a linguagem bíblica (33) e os ditos mordazes de um espírito que prefere o paradoxo; aí sente-se uma mentalidade de *grand-seigneur* intelectual, mas que não receia opor sua visão, com firmeza aristocrática, a tudo que se tem dito antes dêle sôbre determinado assunto. Ao lado de um quadro da sua mão, em resumo, muitos sentiriam, como nós, empaledecer rapidamente a pintura que tentaram.

(31). — Sôbre o significado dos *Choria* (comunas bizantinas), vide ANTONIADIS-BIBICOU, H., *Byzance et les modes de productions asiatiques*, já citado, p. 53-65 (aspectos jurídicos e econômicos).

(32). — TOYNBEE A., *A study of History*, vol. IV, p. 320-408. A comparação aludida encontra-se nas págs. 321 s.

(33). — “... it (isto é a idolização do Império Romano) shows up the perverse and sinful nature of idolatry itself as a transference of loyalty from the whole to the part and a transference of worship from the Creator to the creature”. *Idem, op. cit.*, p. 404.

À perspicácia de Toynbee não escapou, naturalmente, a enorme diferença entre o estado das coisas no Ocidente e no Oriente, pelos anos 900. Mas da evidente vantagem do Oriente êle tira conclusões inesperadas e que vão de encontro ao que todos que têm algumas leituras no campo bizantino, aceitam como ponto pacífico. Ora, não é um grande mal, ser obrigado a uma revisão radical das nossas costumeiras idéias e periodizações, muito pelo contrário, e aí encontramos umas das poucas tentativas para enquadrar num amplo afresco a história bizantina, quase sempre relegada a um cantinho reservado aos “bizantinistas” e amadores de fenômenos históricos semi-teratológicos. Toynbee não nega à história bizantina direitos de cidadania completa. Acontece que qualquer estudioso da história de Bizâncio achar-se-á obrigado a fazer umas perguntas fundamentais ou melhor, apontar uns dois ou três casos onde a brilhante e estimulante pena de historiador inglês pulou totalmente, ou então “minimalizou” realidades históricas.

Antes, porém, de expor o que nós achamos serem as distorções e silêncios mais graves, tentaremos sistematizar e esclarecer como Toynbee vê a história bizantina dentro das grandes categorias que êle criou ou adotou.

— Fiel ao princípio de que a civilização é o verdadeiro objeto do estudo histórico (*the intelligible field of historical study*), o estado romano representa, na Civilização helênica, a última fase, ou seja, o estado universalista. Depois desta fase, há naturalmente lugar para se formar civilizações afiliadas, a partir da matriz de uma igreja (proletariado interno) e do ocaso dos estados dos bárbaros (proletariado externo da Sociedade helênica). Surgiram, no caso em apreço, a Sociedade Ortodoxa Cristã e a Sociedade Ocidental Cristã.

— No Oriente cristão, os bárbaros que assumiram o papel dos germanos do Ocidente, são, é de se supor pela exposição ulterior, os eslavos (ajudados e organizados por grupos de povos das estepes) e os árabes.

— Êstes provocaram o estabelecimento da verdadeira Sociedade Ortodoxa Cristã, que surgiu quando Leão III-o-sírio, enxerta uma imagem, ou melhor, um fantasma (*a ghost*) do Império Romano no organismo do Cristianismo Ortodoxo (34). Daí, um *Imperium (Romanum) Redivivum* (35).

— A nova Sociedade Ortodoxa Cristã, dentro dessas limitações, foi bem sucedida (*a going concern*), mas a custa de uma idolização da instituição-fantasma (o Império Romano, o Estado), o que a in-

(34). — *Idem, op. cit.*, vol. II, p. 368.

(35). — *Idem, op. cit.*, vol. IV, p. 340 e *passim*.

duziu em graves erros e a levou ao desmoronamento final, provocado pelas guerras contra os búlgaros, das quais ela saiu mortalmente ferida nas suas províncias-esteios da Anatólia. Assim, o sucesso de Leão arruinou a Sociedade Ortodoxa Cristã, ao passo que o Ocidente foi salvo porque malogrou Carlos Magno em fazer a mesma coisa (36).

O conhecido gosto de Toynbee pelos paradoxos e pelo tom profético pode ter precipitado esta última formulação, pois, é só exagerando muito, ou melhor, subestimando muito determinados dados históricos que se chega a uma conclusão tão caústica e tão contundente. Quais são agora essas realidades obliteradas

1º). — Afirma-se que os imperadores das dinastias isaúrias (isto é, sírias) e amoriana tiveram o bom-senso de não mais dispensar esforços exagerados para salvar partes do Império que estavam numa distância exagerada do “torso sólido” (*the compact torso*) ou seja, a Anatólia. Até, na luta contra os búlgaros, mediram deliberadamente seus esforços; souberam refreiar-se e deixar boa parte da península dos Balcãs nas mãos dos bárbaros das estepes (37).

Ora, toda essa deliberada moderação dos imperadores Leão e sucessores, o historiador é o único a tê-las descoberto. Não acreditamos no que êle afirma a respeito dos territórios da área adriática e italiana (Ravena, Sicília, Apúlia), onde os bizantinos teriam evitado um engajamento total (38). Mas é quando êle faz afirmações desse tipo com referência aos conflitos com os búlgaros (respectivamente, os eslavos) que temos de discordar frontalmente, se não quisermos perder toda a lógica da nossa exposição. Toynbee vê uma linha demarcadora radical entre dois períodos: o período de Leão III e seus sucessores imediatos de um lado, e, de outro lado, o período dos imperadores “militaristas” da dinastia chamada macedônica; entre Leão III e Leão VI ter-se-ia mudado totalmente a tática e o espírito para com os búlgaros. Mas a guinada, como já foi dito, só existe no espírito de quem assim interpreta.

Em nossa opinião, o Império lutou com denodo, desde a entrada dos eslavos na península e lançou mão de todos os meios que estavam à sua disposição. Somente no fim do período em apreço, pelo fortalecimento interior, pelo enfraquecimento também da pressão árabe no exterior, é que o Império estava em condições de aniquilar o poderio búlgaro. Mas será que isso não foi tentado antes, por espí-

(36). — If the West was saved by saved by Charlemagne's failure, we may find that the Orthodox Christian Society was ruined by Leo's sucess. *Idem*, *op. cit.*, *cit*, vol. IV, p. 323.

(37). — *Idem*, *op. cit.*, vol. IV, p. 342-344.

(38). — AHRWEILER H., *Byzance et la mer*, por exemplo, chega a uma conclusão oposta.

rito de moderação? Toynbee o afirma (39), mas não conhecemos bizantinólogos que a seguiriam nessa interpretação (40). E mesmo se isso se verificasse no caso de Constantino V (741-775), ninguém pode, de bom juízo, negar que Nicéforo I (802-811) rejeitou por duas vezes ofertas de paz muito vantajosas do *khan* Krum porque êle

“était bien décidé à en finir avec le royaume bulgare” (41);

foi por excesso de confiança (por *hybris*, diriam os gregos) que êle foi ao encôntro do trágico destino que assinalamos. E' na luz dessa catástrofe que temos de interpretar a paz de 815-816, não fazendo dêste tratado um ato de restrição, no estilo do imperador-filósofo Adriano. Não mencionar, como faz o autor que estamos estudando, êste supremo esforço, êste trágico desfêcho no contexto, é uma distorsão — pois outra palavra não há — dos fatos históricos.

2º). — Toynbee reduz também o significado da lenta, porém segura penetração da civilização bizantina, das décadas de paciente reconstrução dos moldes e quadros bizantinos, que ia transformando, re-helenizando, regiões da península balcânica. Aí, onde o nome de “esclavínias” designara um país que parecia estar fora do Império, surgem, como já o notamos, vários *temas* antes da dinastia macedônica, ou seja em pleno período de “contenção”. Mas Toynbee não atribui importância alguma ao estabelecimento dos *temas* e falha totalmente na interpretação dêste fenômeno administrativo. Como também lhe escapou todo o lado positivo da penetração dos eslavos dentro das fronteiras do Império (os bárbaros, nas categorias toynbeeanas, são aquêles *quorum est totum quod est pessimum...*) e nem sequer menciona a repopulação de áreas trágicamente vazias. Mas realidades demográficas não parecem merecer a atenção do estudioso dos “campos inteligíveis da história”.

3º). — Talvez sua maior injustiça, porém, Toynbee a comete quando nega, pura e simplesmente, a qualidade de govêrno a todos os reinados que decorreram entre a morte de Justiniano (ou então de Maurício, 602) e o início do reinado de Leão III (717). Uma das suas frases particularmente, irritou outro historiador inglês (42),

(39). — *Idem, op. cit.*, vol. IV, p. 343: “Constantine ... was content to relax his effort as soon as this minimum objective (isto é, manter os búlgaros a distância) had been achieved”.

(40). — AHRWEILER H., *Byzance et la mer*, Paris (PUF), 1965, por exemplo, chega a uma conclusão oposta. LEMERLE P., *Histoire de Byzance*, Paris, 1965, no seu rápido esbôço da história bizantina, na série *Que sais-je*, não hesita em escrever: “Constantin V semble s'être donné pour tâche de détruire leur puissance”. (p. 78).

(41). — OSTROGORSKY G., *Histoire de l'état byzantin*, p. 225.

(42). — LINDSAY J., *Byzantium into Europe*, Londres (The Bodley Head), 1952, p. 464 s.; in TOYNBEE, *op. cit.*, vol. IV, p. 328.

e com razão. Traduzâmo-la pois, as poucas linhas dão a medida da facilidade com a qual freqüentemente o autor do *Estudo de História* se desfaz de uma realidade, assim como mostra o desprezo total das posições dos outros bizantinistas:

“... mas se não tomarmos conhecimento das pretensões (isto é, dos imperadores de Constantinopla que pretendiam continuar o império de Constantino Magno) e levarmos em conta somente realidades, temos de dizer claramente que, pelo menos a partir da morte de Maurício, o Império Romano, fora das muralhas de Constantinopla, era inexistente, da mesma maneira nas *ci-devant* províncias gregas e orientais, como o era nas *ci-devant* províncias latinas da mesma época. Um govêrno chamadamente imperial, em Constantinopla, que só pôde cruzar os braços quando a população eslava suplantava a população latina e grega na península balcânica, e quando na Anatólia um sistema improvisado de circunscrições militares substituiu o sistema herdado de Diocleciano, não pode ser considerado um govêrno real, em nenhum sentido real que possa ter essa palavra”.

Assim, os inúmeros leitores que o Diretor de Estudos do *Royal Institute for International Affairs* conquistou, saberão duma vez que, entre 565 ou 602 e 617, o Império Romano perecera (*had perished*), que não existiu mais no Oriente que no Ocidente (43), ou saberão, em outras palavras, que a invasão dos eslavos produziu os mesmos efeitos que a dos germanos. Os leitores do mais festejado entre os historiadores vivos terão a impressão que as lutas e as reorganizações administrativas de Heráclio, e de todos os imperadores da sua dinastia, não apresentam continuidade alguma com os efeitos de Justiniano.

E nesse caso, quanto às invasões e a contra-ofensiva por parte do Império Bizantino, não resta nada daquilo que tentamos mostrar, baseando-nos nas obras mais recentes e mais conceituadas que estão a nosso alcance. Na opinião de Toynbee, resumindo:

— não soube reagir o govêrno de Constantinopla às invasões dos eslavos, mas assistiu “passivamente”;

— não souberam os líderes profanos e espirituais organizar a reconquista, primeiro espiritual, depois, administrativa e política, das esclavínias, antes do IX século;

(43). — LINDSAY, *op. cit.*, p. 464 não nos parece ter interpretado adequadamente apoinião de A. T., ao falar que êste autor nega o caráter de govêrno ao estado dos Iconoclastas. Achamos que Toynbee somente afirma isto dos reinados entre 565 (ou 602) e 717, o que corresponde ao VII século, aproximadamente.

— não há diferença fundamental, enfim, entre a história do Ocidente e a do Oriente durante os períodos comparáveis (isto é, entre 476 e Carlos Magno no Ocidente e entre 565 e Leão III no Oriente); há, nos dois casos, um *interregnum*, um *breakdown* completo, ou seja, uma era de bárbaros sem mais.

E' para chegar a conclusões exatamente opostas que escrevemos êste trabalho.

*
* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Eurípedes Simões de Paula* (FFCL. da USP.).

Diz que tendo o Autor tratado da absorção dos invasores por Bizâncio, pergunta porque não verificou o mesmo na aculturação e absorção das diversas populações que viviam dentro das fronteiras do Império?

Sabe-se, continuou, que em Bizâncio existiam mais de vinte nacionalidades e que tôdas elas se uniam em tórno de um *basileus*, de uma só língua (o grego) e de uma só religião (rito greco-ortodoxo). Porque não tratou dêsse aspecto que complementaria o assunto exposto?

*

Do Prof. *Jaime Pinsky* (FFCL. de Assis. SP.).

Ressaltou em primeiro lugar que o Autor conseguiu ser bizantinólogo sem ser "bizantino". Por isso mesmo, gostaria que êle explicasse mais detalhadamente a instituição dos *stratiotes*, a respeito da qual fala quanto cita as "transplantações" eslavas (págs. 135-136). Finalmente, desejava saber em que sentido coloca o Autor os têrmos de "missão gloriosa" e "empreendimento glorioso", referindo-se ao proselitismo cristão partindo de Bizâncio (pág. 137)?

*

Do Prof. *Eduardo d'Oliveira França* (FFCL. da USP.).

Diz que na comunicação do Pe. Laga não sabe o que mais apreciar, se a cultura histórica no campo, se a clareza das idéias traduzidas na fluidez e elegância da exposição, ou ainda a penetração e argúcia da análise que apresenta.

Afirma que de há muito deixara o campo da História Medieval, descendo no tempo para a História Moderna, por isso entrava com

cerimônia no tema, apenas para lembrar e registrar a viabilidade e outra forma de busca de explicações.

Encontrou certas referências à lentidão do processo de penetração cultural (pág. 136) e ao problema da continuidade (pág. 145). Acredita que a análise dos ritmos das invasões e a reações, das penetrações barbarizantes ou civilizadoras, pode oferecer uma linha de explicações. Invasões lentas ou rápidas, reações lentas ou rápidas. Da assincronia entre as invasões e as reações defensivas pode resultar a derrota dos defensores, muito lentos em se recuperar. O mesmo se diga, *mutatis mutandi* dos mecanismos de interpretações culturais mais lentos ou mais aceleradas, e na dependência de contactos em função de momentos de movimentos ou de atenções dos invasores e das penetrações bizantinas. E há ainda a considerar-se o encontro de gerações nos fenômenos de absorções culturais — de uma geração para outra diminui o poder ou a disposição de resistência à absorção.

Nas invasões do Império Bizantino ocorrem rupturas na cultura bizantina ou apenas distorções. E em relação aos invasores e sua cultura?

Diz que gostaria de ouvir quem conhece, sobre a viabilidade de semelhante linha de explicação que se fundaria basicamente sobre uma apuração minuciosa de cronologias. Afinal é o tempo o clima de explicações do historiador: comparar ritmos na coordenada dos tempos pode oferecer novas precisões.

*

Do Prof. *Harry Bellomo* (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. RS.).

Observa que o Autor, durante a apresentação do seu trabalho, fala em osmose cultural entre bizantinos e búlgaros. Pergunta: qual a contribuição búlgara para a civilização bizantina?

Diz também que o trabalho apresentado salienta a capacidade de assimilação dos bizantinos. No entanto, é sabido que durante o ataque final dos turcos, alguns grupos preferiram antes o domínio estrangeiro do que a luta. Não seria este fato um comprovante da existência de grupos não assimilados?

*

Da Profa. *Emília Thereza Alvares Ribeiro* (Faculdade de Filosofia de Campo Grande. Guanabara. GB.).

Inicialmente friza o brilhantismo do Autor, com qual vem mantendo diálogo desde o I Simpósio da APUH, sobre a sua especialidade que é a Idade Média. Deseja, pois, alguns esclarecimentos:

1. — Pergunta ao Autor se não lhe parece que Bizâncio — que vinha perdendo territórios desde o início das invasões e mesmo os que mantinha era à custa de diplomacia e altos gastos — não cuidava dos fatores assimilação, aculturação e miscigenação?
2. — Acredita que essa falta de entrosamento, nos três aspectos, facilitava a eclosão de heresias e revoltas que traziam a combinação dos elementos nacionalistas e culturais, acrescidos da falta de tolerância cultural e principalmente religiosa de Bizâncio. No caso pergunta se os dois Imperadores, comumente mais louvados, Justiniano e Heráclio, não foram grandes responsáveis por perseguições de caráter religioso, que gerariam separações?
3. — Acredita que se Bizâncio conseguia manter-se nos primeiros tempos, era graças à política já citada e em detrimento do Ocidente Cristão, para o qual desviava as invasões. Por outro lado, seu território passou a restringir-se progressivamente, ao mesmo tempo que se ia individualizando na cultura. Acredita que a imobilidade de Bizâncio no cenário histórico é devido mais a esta diminuição de territórios, à individualização e às muralhas e posição geográfica, que propriamente a fatores culturais de absorção.
4. — Deseja perguntar se não foram as perseguições bizantinas as principais responsáveis pela separação judaica e seu fechamento no *ghetto*?
5. — Pergunta ainda se não pode ser feita uma comparação com o sistema de conquista, assimilação e aculturação dos muçulmanos que, chegando depois e trazendo uma cultura não tão desenvolvida quanto a bizantina, conseguiram criar uma situação mais sólida?

*

Do Prof. *Luís César Bittencourt Silva* (Universidade Fluminense. RJ.).

Pergunta porque o Autor não considera os eslavos “povos da estepe”?

*

Do Prof. *Sebastião Romano Machado* (FFCL. de Franca. SP.).

Diz que o aspecto religioso é uma constante na História Bizantina. Pergunta pois, se haveria um ponto comum na evangelização do Oriente e do Ocidente, ou se seriam diferentes?

Pergunta também até que ponto teria sido atuante a influência religiosa de Bizâncio entre os povos invasores, dentro do seu Império, e qual a problemática suscitada por esta absorção religiosa?

*
* *

RESPOSTAS DO PROFESSOR CARL VALLER FRANZ LAGA.

Em resposta o Autor afirma:

Ao Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

A intervenção tem tóda razão em expressar uma certa estranheza diante da limitação que nos impusemos neste trabalho. Mas a matéria foi se revelando tão ampla que, querendo tratar de tudo, perder-se-ia por completo o caráter de estudo. A limitação seguiu então a seguinte diretriz: interpretar o título (invasão e absorção) de maneira completa e cumulativa, excluindo-se, dessa forma, os casos de conquista definitiva de províncias bizantinas (o que ocorreu no caso da conquista árabe), como também os casos onde não houve absorção total ou suficiente. Nesta última categoria é que se enquadra, achamos, a Armênia, que, mesmo que tenha recebido grande influência bizantina na sua arte e liturgia, guardou independência na língua (século V: início do atual alfabeto armênio, tradução da Bíblia e uso do armênio como língua litúrgica); na sua hierarquia (o *katholikos* não depende de Constantinopla) e até na doutrina (os armênios não seguem, em geral, a orthodoxia de Constantinopla apesar dos grandes esforços dos imperadores), e mesmo no seu *status* político, pelo menos em muitos períodos. Além disso, é difícil chamar os armênios de invasores, uma vez que já estavam estabelecidos nas regiões às quais deram seu nome, desde o tempo do Império Romano.

Sendo obrigados a uma limitação do tema, escolhemos aquela que interpretasse o título de modo estrito (invasores que foram absorvidos), mas reconhecemos que o assunto de interpretação de culturas, na área bizantina, é infinitamente mais vasto, e agradecemos a insistência do Prof. *Eurípedes Simões de Paula* nêsse particular.

*

Ao Prof. *Jaime Pinsky*.

Respondendo primeiramente à segunda pergunta, tomamos a palavra “gloriosa missão” no sentido de “aquela que conferiu glória”,

como de fato deu aos missionários bizantinos. Não é uma tentativa de avaliar o mérito dos seus métodos ou das suas intenções.

Quanto à instituição dos lotes militares (*ktémata stratiotika*) e sua ligação com as invasões, aproveitamos dos poucos momentos que nos são dados aqui para insistir na idéia de que o exército bizantino, sendo um exército “nacional” — depois das experiências com os germanos e antes das cruzadas dos ocidentais, e excluindo as guardas especiais que protegem o próprio imperador —, a administração encontrou uma maneira de pagamento e uma garantia de continuidade da profissão, numa instituição que ligou o uso e quase-propriedade de um lote de terra à profissão militar. Dizemos “quase-propriedade” porque havia restrições na venda desses lotes e a hereditariedade era provavelmente condicionada à continuação do serviço militar pelos filhos. Instituição semelhante, enfim, àquela que conhecemos no Baixo Império Romano, com os *limitanei*, com a diferença que no período bizantino em aprêço os lotes não se localizam perto das fronteiras a serem defendidas (Vide, bibliografia indicada no trabalho).

Agora, o problema crucial do exército bizantino deve ter sido uma falta de recrutamento de soldados, reflexo, aliás, de uma densidade demográfica em declínio. Nessas circunstâncias, as invasões dos povos bárbaros sempre tiveram um duplo significado: um, negativo, pelas devastações, outro, positivo, pela possibilidade de enquadrar essas populações nos quadros civis e militares do Império, pelo rejuvenescimento da população em geral. Assim, para aplicarmos essa ambigüidade de significado à invasão dos eslavos, patenteia-se através da documentação que, no tempo que a seguiu, a falta de braços no campo era menos cruelmente sentida (*Nomos georgikos* — lei agrária, de aproximadamente 700) e sabemos de empreendimentos imperiais para estabelecer populações recém-vindas, como “colonizadores” em regiões não contíguas à área de invasão (*vide* trabalho nosso, com referências). E’ honesto acrescentar, porém, que nos documentos anteriores ao período da dinastia chamada de Macedônica, não aparecem os *ktémata stratiotika* como tais. Falta de pesquisas em tôrno disso? Acaso da documentação?

*

Ao Prof. *Eduardo d’Oliveira França*.

A intervenção do Prof. d’Oliveira França consiste numa apreciação de caráter laudatório — o que não mereceu êste meu trabalho — e numa pergunta sôbre conhecimento dos ritmos de invasões e respectivas respostas, à qual responder não me será fácil, dado as

insuficiências gerais e momentâneas de fenômenos invasores que aqui não foram tratados.

O que foi enfocado nas páginas que V. S. tem em mãos é, de maneira explícita, a penetração dos eslavos e, ainda que com menor insistência a dos germanos no Império Bizantino. Limitando-me primeiramente a estes dois movimentos, não é tão difícil ver a diferença do ritmo de invasão e da resposta por esta provocada, sendo a invasão dos germanos uma invasão rápida e a outra, uma infiltração que se processa durante décadas e décadas, ganhando vulto e acabando por cobrir praticamente (não digo, eliminando totalmente, pois isto não sabemos, por falta de documentação adequada) as camadas que já aí estavam no Baixo Império Romano.

Agora, no tocante à resposta que o Império Bizantino soube dar, salta aos olhos que êle reagiu com muito maior vigor no caso dos germanos, bastando lembrar que o perigo germano no exército foi afastado graças ao apêlo que se fez aos Isaúrios, como apontamos (pág. 126) e as colunas dos visigodos dirigiram-se (*vide* *ibid.* nota 5) para o Ocidente. A resposta à invasão dos eslavos foi muito lenta a tomar corpo, através da atividade missionária, a diplomacia, e o gradativo reestabelecimento da administração, como foi indicado. Nesse contexto teria sido interessante se tivéssemos dado maior destaque à penetração dos valores bizantinos entre os povos eslavos que (momentâneamente ou definitivamente) não pertenciam ao Império. V. S. aceita a interpenetração cultural e com razão, ainda que não possamos satisfazer totalmente seu pedido de apurar minuciosamente, por cada região, a cronologia, por razões já citadas. Mas as páginas que escrevemos a respeito esclarecem suficientemente, esperamos, as grandes diferenças em ritmo de invasão e de resposta. Sem querer fazer disso uma regra — já o dissemos, o nosso horizonte não foi suficientemente amplo para isso — podemos dizer que, à penetração rápida, houve resposta rápida, à penetração lenta, a resposta processou-se num ritmo lento e de maneira mais complicada.

Finalmente, o Prof. Eduardo d'Oliveira França indaga se houve rupturas na cultura bizantina, como consequência das invasões aqui apontadas, ou então, apenas distorções. Há, sim, senão ruptura pelo menos hiato na documentação com respeito à cultura no século que se seguiu à invasão eslava. Mas aqui, mais uma vez, o argumento *cum hoc, ergo propter hoc*, seria sumamente perigoso, de vez que, paralelamente com a invasão eslava, ocorreu a expansão do mundo islâmico que arancou definitivamente várias províncias do Império Bizantino. Ora, a luta com a Pérsia dos Sassânidas, no fim do VI e início do VII e as sempre renovadas guerras com os árabes,

tiveram uma repercussão maior, pensamos, na cultura bizantina. Pensamos na orientalização do direito (penas corporais mais frequentes), em certas tendências religiosas e artísticas (incluindo-se aí os iconoclastas, provavelmente, e os pauliceanos) e talvez em aspectos da vida cotidiana que sem se escaparão. Quando o mesmo corpo é atacado por dois lados, e faz frente dos dois lados, não é fácil distinguir a origem das cicatrizes que leva.

Por fim, agradecemos ao Professor o estímulo que suscitou sua pergunta para nossos estudos, mesmo se não foi possível responder com igual densidade de aspectos a uma indagação tão rica de horizontes.

*

Ao Prof. *Harry Bellomo*.

1. — Se falamos em osmose cultural entre os búlgaros e os bizantinos, de maneira específica, foi nesta apresentação, e não, ao que nos conste, no trabalho que V. S. tem em mãos. E' evidente que, na parte cultural, a influência cultural de Bizâncio para os búlgaros foi muito maior do que o eventual movimento em sentido inverso. Verdade é que os bizantinos não ficaram sem sofrer impacto algum pelo contáto com os bárbaros; melhor porém chamar essa penetração de processo de barbarização. Repetimos, porém, que gostaríamos de ver indicado com maior precisão o texto e o contexto, em nosso trabalho escrito.
2. — Sugere o Professor ainda que o fato da fraca resistência dos turcos, no ataque final da História de Bizâncio, talvez esteja relacionada com grupos não assimilados. Sinceramente, isso não nos parece certo.

O ataque final, como todos se lembrarão, deu-se contra um "Império" que já não era muito mais do que a própria cidade de Constantinopla, e aí não se vêem bem esses grupos inassimilados. Houve, sim, da parte dos bizantinos, uma reação contra a pressão da Igreja do Ocidente que quis ligar uma ajuda militar a um ato de submissão da Igreja de Constantinopla à de Roma. A reação do povo e dos monges foi o grito: "Preferível o turbante à tiara!" Isto veio a enfraquecer naturalmente a resistência.

*

Ao Prof. *Luís César Bittencourt Silva*.

Indaga o Professor porque não considere os Eslavos “povos de estepe”. Se V. S. quiser sugerir que eu deveria tê-los assimilado, não tenho dificuldade em responder: porque não o são, conforme a classificação dos livros que eu mais estimo: MUSSET L., *Les Invasions, Le Second Assaut*, Paris (P. U. F.) 1965, pág. 51. (Les monde des Steppes...) e pág. 75 s. (sôbre os eslavos) distingue-os nitidamente. HALPHEN L., *Les Barbares* (série: Pauples et Civilisations), Paris (P. U. F.) 5a. edição: 1948, pág. 9 s. talvez tenha criado a confusão, falando dos povos das estepes russas (eslavos, lituanos etc.) e das estepes asiáticas (*idem, ibidem*, pág. 11) sem distinguir-lhes bem as diferenças. Não é o fato de êles terem atravessado as estepes russas ou aí terem morado, que é o suficiente para classificá-los entre os povos das estepes. O elemento distintivo é um determinado modo de viver, bem diferente, no caso dos povos que partem da Ásia Central e que são essencialmente nômades-cavaleiros, cujo tipo de vida foi descrito muitas vêzes (bibliografia nos livros já citados, no 1º vol. de L. MUSSET, *Les Invasions*, e na coleção História Mundi, 5 Bd, Frühes Mittelalter, por M. DE FERNANDY, pág. 497-500 etc.).

E’ verdade que certos eslavos entraram em convivência com grupos dêsses povos-cavaleiros (por exemplo búlgaros com eslavos; alanos com eslavos, eslavos e godos) (1) e adotaram determinados tipos de vida e de guerra, mas isto não nos permite dizer que “os” eslavos pertencem ao grupo dos “povos das estepes”.

*

Ao Prof. *Sebastião Romano Machado*.

1. — Não há dúvida de que o esforço missionário de Roma e o de Bizâncio apresentam traços comuns; o contrário seria de se estranhar, já que parte de dois centros da mesma igreja. Diferenças foram indicadas implicitamente no trabalho apresentado, a maior delas sendo a grande liberdade deixada por Constantinopla em questões de liturgia (especialmente na língua litúrgica, com reflexos evidentes na vida cultural dos povos atingidos) e grande flexibilidade também em questões de hierarquia. Interessante também serira seguir a influência artística das respectivas cidades-missionárias nas diversas regiões. Mas é impossível fazê-lo aqui, tanto menos que a própria arte pré-românica da Alta Idade Média recebeu influên-

(1). — Sôbre essas simbioses, M. DE FERNANDY, *op. cit.*, p. 255-259.

cias de Constantinopla. Um episódio típico da concorrência entre as duas forças é o da conversão dos búlgaros (tempo do patriarca Fócio).

2. — Que houve influência, já está afirmado na primeira parte da resposta. No trabalho indicamos que a religiosidade de certos povos ficou para sempre marcada pela influência bizantina, há casos onde essa influência foi superada (caso dos croatas).

Cria-se uma tensão entre tendência nacional e influência bizantina no momento em que um povo, que durante certo tempo ficou dentro dos limites do Império e depois consegue sair das fronteiras políticas do Império (os sérvios) ou então sempre ficou fora dessas fronteiras (os russos). Sem quereremos aprofundar a matéria aqui, achamos poder dizer que a penetração religiosa bizantina não impedia o surto de uma consciência nacional, nem mesmo dentro do clero.

*

À Profa. *Emília Thereza Alvares Ribeiro*.

1. — A primeira pergunta é um tanto complexa, pois, se bem a entendemos, há aí uma afirmação de ordem político-militar (Bizâncio vinha perdendo territórios desde o início das invasões) e uma sugestão de ordem cultural (Bizâncio “não cuidados”) e uma sugestão de ordem cultural (Bizâncio “não cuidados”).

Que Bizâncio ia perdendo territórios continuamente é verdade, mas só *grosso modo*, pois houve período de franca recuperação, como o de Justiniano e o da dinastia dos Macedônios. Se a professora quiser sugerir por isso que os territórios iam se perdendo por descuido dos bizantinos que não fizeram nada para assimilação, caímos na segunda parte da pergunta, que sugere que Bizâncio foi realmente negligente neste particular.

Sinceramente, não acreditamos que este seja o caso. Afirmamos em nosso trabalho e continuamos acreditando que as guerras são infelizmente coisa muito importante e decisiva na vida do Império. E não são as forças defensivas que determinam o armamento e a força do adversário. E os sentimentos da população conquistada ou ameaçada? E' conhecido o caso das províncias do Egito e da Síria, que se entregaram aos Árabes sem oferecer muita resistência. Este comportamento envolve, conforme é aceito entre historiadores, um

sentimento nacionalista, que constava de uma facêta religiosa (monofisismo), cultural (a língua nativa contra o grego) e hierárquica (sede de Constantinopla contra sede de Antíóquia e Alexandria respectivamente).

Tudo isto é verdade, mas que nos seja permitido insistir em dois tópicos. Primeiro, Bizâncio herdou todos êsses problemas do Baixo Império Romano, onde cada região já começara a tomar efeições próprias, que a distingüiam das outras, dentro do Império. Segundo, a história dos anos entre 450-610 está cheia de tentativas dos imperadores para resolver o espinhoso problema do monofisismo. O fanatismo religioso localizou-se bem menos na mais alta esfera do que entre os graus mais baixos do clero. Quanto à assimilação cultural, Bizâncio sempre manteve a língua grega como língua administrativa, sem impedir que a população continuasse usando sua língua nativa. Um método, em resumo, que não é tão especificamente bizantino, mas que fica na linha do Baixo Império.

Porém, evitemos as extrapolarizações. Diferente é a situação nas províncias da península balcânica, primeiro pelo ritmo em que ocorrem as invasões e especialmente pela situação estratégica de Bizâncio, que conseguiu recuperar militarmente essas províncias. O nosso trabalho, precisamente, quis mostrar como foi levado até seu término essa obra de absorção na região balcânica.

2. — A segunda parte já está parcialmente englobada na nossa resposta à primeira. O caso dos monofisistas que — já naquêlo momento! — preferiam o turbante é o mais conhecido e o sempre citado. Mostramos, porém, que o mesmo malôgro não se verifica na Macedônia, na Grécia, e em tôdas essas regiões, que também foram invadidas. Repetimos que não se pode generalizar ou exagerar uma falta de tolerância cultural e religiosa.

Quanto à menção que se faz dos imperadores Justiniano e Heráclio, que são dos mais conhecidos (“louvados” é um termo perigoso, pois, louvados por quem?) não achamos que êles tenham sido mais ferrenhos defensores da “ortodoxia” que seus sucessores. Valha como exemplo o episódio dos “três capítulos” durante o Concílio de Constantinopla de 553, que foi claramente uma tentativa de Justiniano para encontrar uma plataforma de possível entendimento com os monofisitas. No que diz respeito a Heráclio, temos um exemplo

mais evidente ainda, na sua tentativa de propagar, de acôrdo com o patriarca Sérgio, o Monoteletismo. O fato de êle ser malgrado nesse entendimento (e, com a conquista árabe, não valeu mais a pena insistir nisso) não tira nada do significado. Repetimos, não vemos como Justiniano e Heráclio fossem mais tìpicamente perseguidores do que muitos dos seus sucessores.

3. — Na terceira pergunta a Professôra afirma acreditar que Bizâncio conseguiu manter-se parcialmente em detrimento do Ocidente Cristão. Quanto ao primeiro período (entre, digamos, 350 e 476), talvez tenha escapado à Sra. a nota 5, pág. 126, do nosso trabalho, que expressa a nossa opinião, que não pretendemos mudar por enquanto. No período da Alta Idade Média (475-1000), quais são as invasões que por Bizâncio foram “desviadas” para o Ocidente? Certamente não os eslavos do Sul, que se instalaram dentro do território que Bizâncio sempre considerou como seu; nem os ávaros, de cujas incursões, até o cêrco de Constantinopla em 626, as províncias balcânicas foram o alvo constante, e que viviam em relativa paz com os reinos franco e longobardo, até que Carlos Magno organizasse a guerra que devia anular-lhes todo o poder político; nem os magiaros, como os outors povos da estepe que, por razões econômicas de sobrevivência, seguiam os caminhos que conduzem do Sul da Rússia à *puszta* húngara. Finalmente, na segunda parte da Idade Média, seria mais exato dizer que Constantinopla foi pelos ocidentais (Veneza, Pisa, Gênova) explorada do que o inverso.

Quando, ainda na mesma pergunta, a Professôra afirma que a imobilidade de Bizâncio *não* se devia a fatôres culturais de absorção, confessamos que não sabemos como responder, pois essa pretensa imobilidade, ao que pensamos, não existe, pelo menos não nos têrmos comumente aceitos.

4. — Certamente Bizâncio não teve o papel preponderante que a Professôra sugere no confinamento dos judeus em *ghetto*. O verdadeiro *ghetto* é uma instituição veneziana do século XVI. Houve, antes já, concentração dos judeus em bairros, porém sem êsse caráter obrigatório e exclusivista, e essa não foi prerrogativa de Bizâncio. A única obra que trata explicitamente dos judeus no Império Bizantino, a de J. Starr (2), mostra claramente como as poucas evidências que temos a respeito não permitem nenhuma conclusão nem quanto confinamento le-

(2). — J. STARR, *The Jews in Byzantine Empire*, Atenas, 1939.

gal, nem quanto à prioridade da concentração judaica, no Império Bizantino. Tudo isto é tão comum no Ocidente como no Oriente.

5. — A resposta à última pergunta, finalmente, tem de ser clara e breve. E' evidente que impor-se-ia uma comparação com a situação na civilização muçulmana. Quem está em melhores condições do que nós, para compreendê-la, é a Profa. Emília Thereza A. Ribeiro...